

CLIPPING

18 de julho de 2018
O Liberal – Atualidades, 05.

Curso de Direito tem primeira defesa de TCC por homem trans na UFPA

O aluno de Direito Miguel Cavalcante Lopes, de 22 anos, é o primeiro homem transgênero a defender um Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Pará (UFPA). Intitulado “A gente nem conhece o papel deles: o Ministério Público no Estado do Pará no amparo à comunidade LGBT”, o TCC avalia a atuação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT8) no cumprimento da missão institucional junto a esse público. A pesquisa concluiu que somente o MPPA possui uma atuação voltada para a temática no Estado. A pesquisa, defendida no primeiro semestre deste ano, foi orientada pela professora e promotora de Justiça Daniela Maria dos Santos Dias e obteve o conceito excelente.

“A partir da minha vivência, busquei produzir um trabalho que tivesse um potencial de transformação social, que pudesse contribuir para mudar a realidade do grupo vulnerável do qual faço parte”, disse Miguel. “Eu investiguei a atuação do Ministério Público, pois, nos espaços de decisão que participei, sempre senti o MP ausente, se comparado à Defensoria

Pública e algumas secretarias do estado. Não havia presença física, aproximação ou diálogo para pensar um plano de atuação”. O aluno entrevistou um representante do MPPA, um do MPF e um do MPT, assim como três representantes do movimento social LGBT.

Segundo ele, a partir de 2016 o MPPA realizou audiências públicas em busca de soluções para as áreas da saúde e do sistema prisional. “O MPF e o MPT não têm atuação nenhuma no Pará”, acrescentou. “São duas instituições inertes no que tange à comunidade LGBT”. Alguns dos principais problemas enfrentados pela população LGBT são a marginalização e a insegurança motivadas por LGBTfobia. “O MPF, enquanto instituição incumbida da tarefa de garantir igualdade para todos, deveria reforçar o compromisso no combate à discriminação”, avaliou.

De acordo com o Relatório Anual de Violência LGBTfóbica no Brasil, produzido pelo Gru-

po Gay da Bahia, em 2017 445 LGBTs foram mortos no País, uma morte a cada 19 horas: foram 387 assassinatos e 58 suicídios, atribuídos a pressão por discriminação. Na região Norte foram 58 mortes, 19 no Pará. “O Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo. Nem nos países que criminalizam as vivências LGBTs se mata tanto”, observou Miguel.

O autor também coletou relatos da discriminação que atinge de maneira mais preocupante o acesso a políticas públicas de saúde, educação e emprego. “A garantia desses direitos fundamentais são o primeiro passo para lutar sem se sentir em desvantagem, garantindo o direito de viver e não apenas de sobreviver”, opinou. Segundo a pesquisa, é pouco divulgada a existência de uma coordenadoria de promoção da igualdade e combate à discriminação no âmbito do MPT.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) também aponta que 90% das pessoas trans no Brasil acabam recorrendo à prostituição por falta de opções para

sobreviver. “Não se está condenando a prostituição, mas essa não pode ser a única opção. Há muitos casos de LGBTs rejeitados pela família em situação de rua, mas também pelas raras oportunidades de emprego. Cabe ao MPT uma atuação preventiva, pois o emprego e um ambiente de trabalho sadio são constantemente negados a LGBTs”, enfatizou.

Para a diretora da Faculdade de Direito da UFPA, Luanna Tomaz, que também participou da banca examinadora, assim como a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA Maria Cláudia Bentes, a história de Miguel pode estimular outros jovens trans que tenham vivências similares a lutarem por sua formação acadêmica. “A Resolução 713 da UFPA, de 17 de dezembro de 2014, que aprovou o uso do nome social na instituição, pode ser aperfeiçoada em alguns aspectos, mas é um bom ponto de partida, pois contribui para que alunos travestis e transexuais saibam que caminhos procurar para ter reconhecida sua identidade”, avaliou.